

RELATO DE PESQUISA

FENÔMENOS FONÉTICOS E COMPOSIÇÃO DE VERBOS E NOMES: UMA ANÁLISE EXTERNA E INTERNA DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA (1595, 1, 6-8)



OPEN ACCESS

Todo conteúdo de *Cadernos de Linguística* está sob Licença Creative Commons CC - BY 4.0.

EDITORES

- Miguel Oliveira, Jr. (UFAL)
- René Almeida (UFS)

AVALIADORES

- Maria Gonçalves (UEv)
- Paulo Osório (UBI)

SOBRE OS AUTORES

- Leonardo Ferreira Kaltner
Conceptualização, Escrita –
Rascunho Original, Metodologia.
- Melyssa Cardozo Silva dos Santos
Escrita – Análise e Edição,
Visualização.

DATAS

- Recebido: 14/02/2022
- Aceito: 22/03/2022
- Publicado: 06/04/2022

COMO CITAR

KALTNER, L.F.; SANTOS, M.C.S. (2022). Fenômenos fonéticos e composição de verbos e nomes: uma análise externa e interna da Gramática de Anchieta (1595, 1, 6-8). *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 1, e634.

Leonardo Ferreira KALTNER

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Melyssa Cardozo Silva dos SANTOS

Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O presente artigo é derivado de conferência proferida por meio remoto na edição de 2021 do *Linguistweets – Conferência Internacional de Linguística no Twitter*, promovido pela Associação Brasileira de Linguística (AbraLin). Nosso tema de debate é a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), cujo autor é o missionário e humanista S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). O artigo é resultado de uma sequência de textos sobre o primeiro capítulo da gramática de Anchieta. No texto, dividimos em três partes nossas reflexões sobre o pensamento linguístico de Anchieta. Nas duas primeiras partes, desenvolvemos uma análise externa, teórico-cultural e contextual (SWIGGERS, 2019; BATISTA, 2019) sobre a inserção da obra de Anchieta na corrente de pensamento do humanismo renascentista português, pelos fundamentos da Historiografia da Linguística, e pela Linguística Missionária (ZWARTJES, 2011), além da Ecolinguística, em perspectiva

interdisciplinar (COUTO, 2007). Já na terceira parte do artigo, desenvolvemos uma análise interna da obra, investigando o primeiro capítulo, em que Anchieta descreve os fenômenos fonéticos na conjugação e composição dos verbos consonânticos, e de nomes compostos com posposições da língua indígena, os parágrafos 6 a 8 da obra, que estão no primeiro capítulo *Das Letras* (ANCHIETA, 1595, 1, 6-8).

ABSTRACT

This article is derived from a conference given online in the 2021 edition of Linguistweets – International Conference on Linguistics on Twitter, promoted by the Brazilian Association of Linguistics (AbraLin). Our topic of debate is the Art of grammar of the most used language on the coast of Brazil (ANCHIETA, 1595), whose author is the missionary and humanist S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). The article is the product of a sequence of texts about the first chapter of Anchieta's grammar. In the text, we divide our reflections on Anchieta's linguistic thought into three parts. In the first two parts, we develop an external, theoretical-cultural and contextual analysis (SWIGGERS, 2019; BATISTA, 2019) on the insertion of Anchieta's work in the current of thought of Portuguese Renaissance humanism, through the foundations of the Historiography of Linguistics, and through Missionary Linguistics (ZWARTJES, 2011), in addition to Ecolinguistics, in an interdisciplinary perspective (COUTO, 2007). In the third part of the article, we developed an internal analysis of the work, investigating the first chapter, in which Anchieta describes the phonetic phenomena in the conjugation and composition of consonant verbs, and compound names with postpositions, from the indigenous language, in the paragraphs 6 to 8 of the grammar, which are in the first chapter *Das Letras* (ANCHIETA, 1595, 1, 6-8).

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

O tema do artigo é a primeira gramática escrita no Brasil, ainda na época em que o território era colônia do reino de Portugal, governada pelos reis, e habitada por povos indígenas em sua maioria. Essa gramática recebeu o título de *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, já a data de sua publicação é 1595. O autor da gramática foi um padre, missionário jesuíta, S. José de Anchieta, SJ, que viveu entre 1534 e 1597, tendo passado grande parte de sua vida no Brasil. A gramática que o

padre Anchieta escreveu registra a língua que os povos indígenas utilizavam na época da colônia para interagirem com os europeus, principalmente, com os portugueses. Esses povos indígenas viviam na costa, no litoral do Brasil, e em maioria pertenciam à mesma cultura, falando a mesma língua. De modo geral, podemos chamar a sua cultura de tupinambá, pois eram povos de origem tupi. A gramática de Anchieta registra como os indígenas falavam, os sons de sua língua, a organização dos nomes, dos verbos e servia para ensinar a língua indígena aos europeus que aqui chegavam, pois a língua portuguesa demorou a ser falada no território, como principal língua.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia da Linguística; Linguística Missionária; Gramaticografia; Línguas Indígenas.

KEYWORDS

Linguistics Historiography; Missionary Linguistics; Grammaticography; Indigenous Languages.

AMÉRICA PORTUGUESA QUINHENTISTA SOB O SIGNO DA ECOLOGIA DO CONTATO DE LÍNGUAS

O presente artigo é oriundo de conferência proferida por meio remoto na edição de 2021 do *Linguistweets – Conferência Internacional de Linguística no Twitter*, promovido pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin). Nosso tema de debate é a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), cujo autor é o missionário e humanista S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). A gramática humanística de Anchieta, que descreve a língua dos indígenas de cultura tupinambá, é a pedra angular da história da gramática na América portuguesa quinhentista, e o primeiro texto com reflexões metalinguísticas que inaugura o período missionário na história do pensamento linguístico no Brasil (CAVALIERE, 2012; KALTNER, 2022). O estado atual de pesquisas sobre a gramática de Anchieta se vincula à interpretação crítica da obra a partir dos pressupostos teórico-culturais da Historiografia da Linguística (HL), pela linha de pesquisas da Linguística Missionária (ZWARTJES, 2011).

Nossa argumentação pelos pressupostos da HL, a partir do modelo teórico de Konrad Koerner (1996) e de Pierre Swiggers (2013, 2019), introduzido no Brasil por Cristina Altman (2019), tem por objetivos encetar uma atualização de conhecimentos sobre a gramática de Anchieta, com uma “narração historiográfica”. Ao analisar a obra enquanto elemento da “camada documental” (BATISTA, 2019) registramos as perspectivas teóricas e procedimentos metodológicos do desenvolvimento do pensamento linguístico no contexto intercultural da América portuguesa quinhentista, sob a influência intelectual da corrente de pensamento do humanismo renascentista português (KALTNER, 2016; 2022; KALTNER, 2019a, KALTNER *et al.* 2019b, KALTNER, SILVA, 2019c; KALTNER, 2019d), em que a obra se insere.

Como um dos métodos da HL, conforme Swiggers (2013), dividimos nossa análise da gramática de Anchieta em externa e interna. Nesse primeiro momento de pesquisa, para a implantação de reflexões acerca de Linguística Missionária no cenário acadêmico do Brasil, o debate teórico-cultural sobre a gramática quinhentista quanto à sua contextualização é um tema que tem se mostrado necessário. A descrição histórico-cultural da época quinhentista busca desfazer visões generalizadas sobre o processo missionário e o contexto colonial, na historiografia do Brasil. O quinhentismo, geralmente, é analisado apenas pelo viés literário, como o período de Camões, logo a intelectualidade missionária da América portuguesa não costuma ser considerada na descrição da história do pensamento linguístico do Brasil.

A partir da interpretação contextual do período missionário, e da corrente de pensamento do humanismo renascentista português, busca-se evidenciar que havia um círculo intelectual atuante na América portuguesa quinhentista, algo que, por vezes, não

é descrito em narrativas historiográficas sobre a época colonial do Brasil. Um resgate desses vestígios históricos e culturais permite ao linguista contemporâneo compreender como foi o desenvolvimento do pensamento linguístico de Anchieta, cujo principal produto é sua gramática sobre a língua dos indígenas de cultura tupinambá. Por fim, o objetivo da análise externa é demonstrar o clima intelectual (KOERNER, 1996) que permitiu Anchieta descrever fatos linguísticos, como os fenômenos fonéticos da língua indígena, analisados mais à frente.

A gramática de Anchieta, ainda que culturalmente tenha sido uma iniciativa regional no projeto missionário é produto de reflexões desenvolvidas em contextos globais, enquanto fruto da expansão dos reinos absolutistas europeus. Os reinos europeus eram estados confessionais, que expandiram seus territórios pelas navegações do século XVI, uma época rotulada como *early modernity* ou *Ancien Régime*, na tradição historiográfica europeia, como vimos analisando (KALTNER, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020f e KALTNER, SANTOS, 2020e). Houve no período missionário da América portuguesa a descrição de três línguas, conforme Zwartjes (2011):

The total number of languages described in grammars in Portuguese America is not as impressive as that we find in the Spanish New World. As far as Portuguese America is concerned, only the descriptions of three different languages have survived, two Amerindian languages (Tupi and Kipeá-Kiriri) and one African (Kimbundu, a Bantu language of Angola, [...]) spoken by imported slaves (ZWARTJES, 2011, p. 144).

Adotamos, em nossas reflexões, a divisão teórico-cultural em três períodos para a história do pensamento linguístico no Brasil (CAVALIERE, 2012; KALTNER, 2022): o missionário, o secular e o científico, contextualizando a gramática humanística de Anchieta no período missionário. O modelo teórico-cultural em questão remete-se às três grandes revoluções institucionais no pensamento linguístico que sempre adequaram o Brasil ao contexto cultural ocidental de desenvolvimento da história do pensamento. Batista (2019) evidencia como o contexto pode alterar o pensamento linguístico:

a produção, circulação e recepção das ideias linguísticas relacionam-se em torno de acumulação ou esquecimento: as ideias se situam em uma corrente temporal que se estabelece em termos de continuidades (quando saberes são acumulados em uma tradição) ou descontinuidades (quando rupturas entre ideias fazem com que determinados saberes sejam esquecidos em momentos específicos do desenvolvimento histórico das ideias) (BATISTA, 2019, p. 12).

Se considerarmos o pensamento linguístico enquanto saber institucionalizado, em um contexto cultural, a sua história se vincula, por sua vez, ao desenvolvimento de instituições e à história institucional desse contexto. No caso do contexto histórico-cultural do Brasil, as instituições são oriundas, inicialmente no período colonial, do clima intelectual europeu, até a Independência. Posteriormente, as instituições no Brasil se desenvolveram em um alinhamento contínuo com o mundo ocidental. Em relação ao pensamento linguístico, três momentos institucionais se sucederam, em continuidades e

descontinuidades: a política missionária, de base teológica, com ordens religiosas, entre os séculos XVI e XVIII, a secularização iluminista, de base filosófica, com o movimento academicista, nos séculos XVIII e XIX, e, por fim, o desenvolvimento científico moderno, em círculos universitários e associações, do século XIX em diante. A obra de Anchieta está contextualizada no período missionário.

No artigo, dividimos em três partes nossas reflexões sobre o pensamento linguístico de Anchieta, analisando, nas duas primeiras, elementos externos, relativos à contextualização teórico-cultural de sua vida e obra. Na terceira parte do texto, analisamos a dimensão interna da gramática, na descrição de fatos linguísticos da língua indígena. Para a análise interna, selecionamos três parágrafos da obra, que estão no primeiro capítulo *Das Letras* (ANCHIETA, 1595, 1, 6-8), como veremos mais adiante. A fim de desenvolver a análise externa, nessa primeira parte do texto, refletimos sobre o contexto em que a obra se desenvolveu, propondo a nossa interpretação crítica por uma concepção descritiva de “processos e processualidades” (BISPO, 2018) da “ecologia do contato de línguas” (COUTO, 2007). No cenário da América portuguesa quinhentista, diversas línguas indígenas, o latim humanístico, os vernáculos europeus e africanos formavam um ecossistema linguístico diverso, no período missionário.

Podemos interpretar a gramática de Anchieta como resultado de uma longa processualidade na ecologia do contato de línguas, com os povos de cultura tupinambá da costa do Brasil, que ocorreu desde o início do século XVI, em 1500. Essa aproximação com os primeiros intérpretes, europeus e africanos, e os missionários, teria possibilitado os primeiros contatos interculturais, tendo aberto caminho para alianças e o estabelecimento de uma política missionária oficial, em 1549. Como ponto de ancoragem (SWIGGERS, 2013) dessa processualidade, as duas primeiras missas na América portuguesa quinhentista, oficiadas por Frei Henrique de Coimbra, OFM (1465-1532), em Porto Seguro, em 1500, são o primeiro momento registrado pelos europeus.

A gramática humanística de Anchieta derivou da continuidade de uma série de atividades missionárias na colônia ultramarina de Portugal, em que a língua vernácula indígena foi descrita, tendo tido a sua redação mais provável entre 1554 e 1556, na capitania de São Vicente. As atividades missionárias de Anchieta se concentravam, então, na localidade interiorana de São Paulo de Piratininga, em que um colégio jesuítico foi fundado, sob a jurisdição de Nóbrega. Das primeiras missas até a gramática de Anchieta, passaram-se décadas de uma ecologia do contato de línguas, entre indígenas, europeus e africanos na formação da comunidade linguística da América portuguesa quinhentista, cuja intelectualidade oficial era formada pelas ordens religiosas (KALTNER, 2022; 2016). O racionalismo filosófico desse círculo intelectual de teólogos era embasado pela cultura humanística e cristã ibérica do século XVI. Tinham os missionários na figura de Cristo o início e o fim máximo de todas as coisas, mesmo em relação à *humanitas*

ciceroniana, e a obra de Anchieta é produto cultural desse “clima intelectual” (KOERNER, 1996), de um cristianismo pautado pelo uso da razão e pelo escrutínio das disciplinas humanísticas, como a gramática.

Uma interpretação do contexto colonial quinhentista enquanto um ecossistema linguístico é pressuposto para o emprego do conceito de ecologia do contato de línguas na descrição das relações interculturais da época, mediadas pela política missionária. O ecossistema linguístico constitui-se por uma interação indissolúvel entre língua, povo e território (COUTO, 2007), sendo esses elementos mínimos e irreduzíveis para que uma comunidade linguística exista, na perspectiva ecolinguística. A relação entre os povos indígenas com seu território originário e a relação dos europeus com o mesmo território, que colonizariam, afetou a dinâmica dessa ecologia de contato de línguas, tendo tido reflexos na constituição da língua dos indígenas de cultura tupinambá como uma língua gramatizada (AUROUX, 1992), e utilizada na catequese indígena do período missionário (RODRIGUES, 1986).

O fato de a língua portuguesa, enquanto vernáculo europeu, ou mesmo supestrato (CAVALIERE, 2001), isto é, a língua do colonizador, não ter sido adotada, diretamente na política missionária, que era um organismo do projeto colonial, possui um significado relevante para se compreender a processualidade da ecologia do contato de línguas da América portuguesa quinhentista. Esse ecossistema linguístico desenvolveu-se em uma dinâmica de interações interculturais, no convívio entre povos, culturalmente, diversos. Nesse sentido, a língua, em interação no ecossistema linguístico, pode ser compreendida também como cultura. Assim, a língua dos indígenas de cultura tupinambá, o latim humanístico e a língua portuguesa, de cultura europeia, assim como a língua guiné, de cultura africana, foram veículos interculturais, que teriam permitido uma interação entre povos diversos em um território comum, intermediados por uma intelectualidade de missionários e intérpretes, que negociaram, habilmente, com lideranças indígenas.

As alianças interculturais, entre líderes indígenas e europeus, como Taparica, na Bahia; Tibiriçá, em São Vicente; e Arariboia, no Rio de Janeiro, permitiram o estabelecimento dos primeiros núcleos coloniais. Estes núcleos teriam se firmado e expandido no governo-geral, em Salvador, em 1549, com o início do projeto missionário, e a processualidade da ecologia do contato de línguas, que se desenvolveu por todo o século XVI, na América portuguesa. A gramática humanística de Anchieta, que derivou dos primeiros núcleos coloniais e alianças interculturais, da época de Martim Afonso de Souza, em 1532, em São Vicente, é o principal produto linguístico desse contexto multicultural, na época de expansão da colônia ultramarina (KALTNER, 2022).

A unidade linguística dos indígenas de cultura tupinambá foi descrita por Anchieta, e reafirmada pelo testemunho de outros missionários como Pe. Fernão Cardim, SJ (1540-1625). Os relatos afirmam o predomínio da língua na costa do Brasil, nas regiões norte e sul

da colônia, separadas pela região central do Espírito Santo, regiões essas que teriam marcado a ocupação da costa com duas cidades litorâneas principais: Salvador, desde 1549, e Rio de Janeiro, desde 1565. A primeira era a capital oficial do governo-geral, sede administrativa e do bispado, em que vigorava a implantação do vernáculo português. Ainda que os indígenas da matriz cultural tupinambá falassem a mesma língua, sua divisão em povos diversos não significava os mesmos interesses sociais e comunitários (KALTNER, 2022). Da aliança dos tamoios com franceses, à formação de uma confederação para confrontar o projeto colonial português e seus aliados, sempre o uso da língua indígena comum foi o principal fato linguístico desse contexto, e a gramática de Anchieta teve a finalidade de descrever essa língua, no clima intelectual humanístico da época.

A gramática de Anchieta sobre a língua indígena poderia ter sido escrita em latim humanístico, todavia, o uso do vernáculo português, pelo missionário, já demonstra a complexa ecologia de contato de línguas nesse período inicial da América portuguesa quinhentista, com os povos indígenas. As atividades econômicas mercantis, por outro lado, teriam constituído outra realidade linguística, diferente da política missionária com povos indígenas (KALTNER, 2022). Na estrutura social da colônia ultramarina do reino de Portugal, o Estado do Brasil quinhentista, os indígenas de cultura tupinambá e os africanos da cultura guiné eram absorvidos como cristãos-novos, pelo projeto missionário, em instituições absolutistas e confessionais que contextualizam o período. Assim, a gramática de Anchieta se vincula às atividades de catequese intercultural na língua indígena, com povos indígenas aliados, especificamente.

Por fim, o contexto multicultural da América portuguesa era regido por uma “ecologia do contato de línguas”, em que os intérpretes e missionários intermediavam, com as técnicas da gramática humanística, os conflitos e organizavam o pensamento linguístico da época, nas instituições missionárias (KALTNER, 2022). O ensino humanístico e cristão, com a finalidade da catequese, e o modelo de pensamento racional, de base teológica medieval aristotélico-tomista, foi adaptado à realidade das comunidades indígenas. Por outro lado, a implantação da língua vernácula de Portugal e o ensino de latim humanístico pelos missionários no Brasil não ultrapassava a alfabetização latino-portuguesa, nesse período inicial, entre 1549 e 1556. A educação humanística só se estabeleceu na colônia após uma organização formal dos colégios jesuítos, instituídos pelas *Constitutiones*, a partir 1556. Os colégios só teriam sistematizado o ensino de humanidades com a aplicação da *Ratio Studiorum*, a partir de 1599.

O ensino do conhecimento gramatical era elementar, nas primeiras missões, enquanto as discussões teológicas da matéria catequética só se aprofundavam na formação de novos missionários na colônia. A vida intelectual, e econômica, era limitada pelas atividades de subsistência, tendo sido os *Monumenta Anchietae* o principal registro da intelectualidade missionária da América portuguesa quinhentista. O *corpus* da obra de

Anchieta, escrito em português, espanhol, latim humanístico e tupi antigo registra também o funcionamento dessa ecologia de contato de línguas, que constituiu a América portuguesa quinhentista, em suas primeiras décadas.

A gramática de Anchieta, que se ocupa da descrição fonética e fonológica em seus capítulos iniciais, não possui um capítulo específico dedicado à sintaxe. Anchieta incorpora a descrição da *constructio*, isto é, da construção oracional, em outros temas, ao descrever fatos linguísticos relacionados à fonética e à morfologia. Dos dezesseis capítulos da obra, grande parte do trabalho descritivo pelo missionário se concentra no sistema verbal (ZWARTJES, 2011):

a obra de Anchieta forneceu copioso acervo de dados linguísticos, em particular no campo da morfologia (como já bem mostrou Aryon Rodrigues, 1997: 371-400), o que, aliás, não é surpreendente. Sendo a gramática anchietana original no desenvolvimento dos factos fonológicos e dela não constando uma parte individualizada de sintaxe (cf. infra, ponto 6.), colhem-se maiores ecos dos treze capítulos de descrição morfológica. Um último apontamento antes da abordagem mais circunstanciada à *Arte*. A ressonância de Anchieta sobressai ainda noutros lances. Ter o Autor ignorado a sintaxe como parte autónoma da gramática, tratando-a em sincretismo com a morfologia, é um silêncio que se sentirá na descrição gramatical subsequente. Não é acaso o facto de o triunvirato de gramáticos seiscentistas se singularizar pela salvaguarda da cláusula do uso no domínio da anomalia e irregularidade que constituía a sintaxe ou *constructio* (ASSUNÇÃO, FONSECA, 2005, p. 166).

Nesse sentido, no primeiro capítulo da gramática de Anchieta há uma descrição detalhada de aspectos fonéticos da língua indígena, como veremos mais à frente, e uma preocupação menor com a descrição das construções na língua. Isso denota que a sua obra gramatical tinha uma finalidade prática de auxiliar outros missionários a compreender uma língua que estava em constante uso.

1. O HUMANISMO RENASCENTISTA E A GRAMÁTICA DE ANCHIETA, ENTRE TEÓLOGOS E HUMANISTAS

O clima intelectual do pensamento linguístico de Anchieta estava vinculado à corrente de pensamento do humanismo renascentista português, ainda que sua formação intelectual derivasse de uma ordem religiosa. Descrever esse clima intelectual é fundamental para se analisar as motivações da descrição de uma língua indígena na América portuguesa pelo missionário, que também teve formação teológica. Antes do período de Anchieta, a corrente de pensamento do humanismo renascentista europeu já havia chegado a Portugal desde fins do século XV, na corte de D. João II (1455-1495), inicialmente com influência cultural e espiritual itálica (PINHO, 2006).

A corrente de pensamento teve implicações no clima intelectual da época de D. Manuel I (1469-1521), já com influência da corte francesa, até a política cultural de D. João III (1502-1557), em que o humanismo renascentista se consolidou em Portugal (PINHO, 2006). À

época de D. João III, ocorreu a estadia de Anchieta em Coimbra, entre 1548 e 1553. Já a redação de sua gramática ocorreu na América portuguesa, entre 1554-1556, e o *poema epicum De Gestis Mendi de Saa*, escrito talvez entre 1557-1560, é dedicado pelo missionário ao mesmo rei (KALTNER, 2020a).

As inovações humanísticas em Portugal tiveram recepção, inicialmente, nas ordens religiosas e suas instituições, como o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que desenvolveu uma tipografia no século XVI (TANNUS, 2007). Todavia, a passagem do pensamento linguístico da escolástica para o modelo humanístico não ocorreu sem um embate teórico (*theory clash*) (SWIGGERS, 2013). Ao mesmo tempo, esse embate teórico não marcou um processo revolucionário do pensamento linguístico, sendo as principais mudanças antes uma reforma educacional das instituições católicas da Portugal quinhentista, com continuidades e descontinuidades, de maneira proporcional (FERNANDES, 2019).

Segundo o historiógrafo Gonçalo Fernandes (2019), as principais inovações dos humanistas estiveram na simplificação didática da doutrina filosófica medieval para o ensino de gramática. Os debates filosóficos mais abstratos sobre conceitos gramaticais eram descritos como “barbárie” pelos humanistas, que possuíam uma visão mais pragmática para o ensino de latim. Os humanistas advogavam, de modo geral, pela utilização de um repertório menor de conceitos na descrição linguística, evitando-se um debate teórico aprofundado no ensino de gramática para crianças e jovens. Sempre ensinavam o latim com referência a autores latinos da Roma antiga.

Os debates teóricos, sobretudo a lógica especulativa, eram considerados estudos posteriores, abordados somente após o aprendizado dos elementos de gramática latina. Inclusive a sintaxe oracional era um tema posterior no ensino de latim, pois era um ponto de maior divergência entre os modelos descritivos quinhentistas. Assim, um tema de debate teórico recorrente à época era a sequência de conteúdos, com uma busca por definições teóricas mais sucintas e universais, no campo dos conceitos. Os humanistas teriam preferido técnicas descritivas mais sintéticas, se comparados aos teólogos defensores da escolástica e da lógica especulativa. Vamos encontrar na obra de Anchieta essa síntese:

Embora nem todas as gramáticas humanistas se quieram libertar da doutrina medieval, as principais gramáticas dos mais fortes opositores humanistas da gramática medieval caracterizavam-se por:

- ser mais curtas e simples, evitando definições demasiado teóricas para estudantes dos níveis iniciais e intermédios;
- utilizar poucos termos técnicos, evitando especialmente a terminologia filosófica medieval, como os termos *suppositum* (sujeito) e *appositum* (predicado);
- e a referência a autores clássicos como fontes de exemplos. (FERNANDES, 2019, p. 429).

Um dos principais registros desse embate teórico, muitas vezes mais com implicações retóricas do que propriamente sobre questões concernentes ao desenvolvimento do pensamento linguístico, se dá entre o pensamento dois autores: Pastrana, representado em Portugal pelo gramático Pedro Rombo, e Estevão Cavaleiro. Este embate teórico,

largamente debatido por Américo Ramalho (2000) e por Gonçalo Fernandes (2019), na Historiografia da Linguística, é um dos exemplos mais expressivos para se compreender o clima intelectual em que Anchieta foi educado, na Coimbra do século XVI. O principal elemento de confronto nesse embate teórico estava no perfil intelectual que se opunha, quanto ao ensino das latinidades: o teólogo escolástico e o humanista, que muitas vezes disputavam o prestígio social na corte, mas pouco se diferenciavam quanto aos seus métodos de ensino de latinidades e a descrição da língua latina. Os modelos de ensino logo se rotularam como Arte Velha e Arte Nova:

Entretanto, encontramos um documento importantíssimo para atestar o desenvolvimento que atingiram os estudos humanísticos nos princípios do séc. XVI. É a *Nova grammatices marie matris dei uirginis ars*, de Estêvão Cavaleiro, publicada em Lisboa, por Valentim Fernandes, em 1516. A parte mais interessante dessa gramática, no que toca à história do humanismo, é o seu “Prologus”. Nele são implacavelmente acusados e condenados os seguidores do gramático espanhol do início do séc. XV, João de Pastrana. Por outro lado, o autor aponta aqueles que considera bons latinos, como Diogo Pacheco, Luís Teixeira, Francisco Cardoso e Cataldo, todos humanistas. Cavaleiro patenteia no seu “Prólogo” o horror à barbárie, que ele identifica com Pastrana e seus seguidores – alusão certamente entre outros a Pedro Rombo, seu opositor na Cátedra da Universidade – e exclama:

O grauen sortem temporum, in quibus ignorantia in pretio habetur! Miror equidem (sed potius doleo) allucinationem Pastranae sectatorum qui tresillos tamquam triumuiros Donatum scilicet Seruium et Priscianum potius non imitantur, de quorum principatu inter eruditos quaeritur. (St. Eq., fl. A v°).

Oh! desgraçada sorte destes tempos, em que a ignorância é estimada! Admira-me em verdade a loucura desses seguidores de Pastrana que não imitam aqueles três, como que triúmviros, a saber Donato, Sérvio e Prisciano, de cujo principado disputam os homens eruditos (TANNUS, 2007, p. 16).

Os humanistas tinham como principal fonte para a língua latina a obra de Cícero, além dos gramáticos latinos, enquanto os teólogos seguiam a sua formação tradicional pela escolástica, com a sequência de autores medievais da Patrística, e o estudo da lógica. O culto à personalidade de Cícero, chamado por Estêvão Cavaleiro de *latinae linguae parens* (pai da língua latina) parece ter sido um dos motivos de discórdia entre ambos os círculos intelectuais quinhentistas. Na tradição cristã medieval, Cícero ocupava apenas um lugar secundário, como autor pagão, diferentemente do que propunham os humanistas:

[Estêvão Cavaleiro] passa em seguida a aconselhar àqueles que porventura desejem aprender o verdadeiro latim clássico:

Legant ideo ipsius artis grammatices latinos auctores, audiant latinos poetas, evolvant quoque ipsorum oratorum et in primis Ciceronis Latinae linguae parentis, historiographorumque latina volumina. (St. Eq., fl A iij)

Leiam, portanto, os autores latinos de gramáticas, ouçam os poetas latinos, manuseiem, também, os volumes dos mesmos oradores latinos e, sobretudo, os de Cícero – pai da língua latina – e os dos seus historiadores.

E conclui sua diatribe com a recomendação taxativa: *Quod profecto si facient, taedebit eos sui barbari ridiculique Pastranae, illum manibus abigent pedibusque explodent, eo quo tam prolixo tempore eos fefellit atque in errorum foveam incidere fecit.* (St. Eq., fl. A iij v° e A iijj). E se verdadeiramente ofizerem, enfadar-se-ão do seu bárbaro e risível Pastrana; empurra-lo-ão com as mãos e o enxotarão, por isso que os enganou durante tanto tempo e os fez cair na fossa dos seus erros. Dessas querelas gramaticais entre os seguidores de Pastrana e os de, por exemplo, Nebrija, representando respectivamente os partidários da Arte Velha e da Arte Nova temos notícia através das Actas da Universidade de Lisboa (TANNUS, 2007, p. 17).

A retórica empregada por Estevão Cavaleiro no prólogo de sua gramática humanística é bem contundente, em termos modernos, mas caracterizava o clima intelectual quinhentista, que marcava a passagem do mundo medieval para o renascentista. Os humanistas rotulavam como “bárbaro” o latim dos teólogos, que possuíam formação escolástica, por causa de seu método especulativo. Eram chamados como *theologiculi*, de maneira depreciativa. Por outro lado, os teólogos buscavam alertar a sociedade de que os humanistas estavam revivendo o paganismo dos autores gregos e latinos. Ataques pessoais, busca por prestígio, polêmicas e querelas faziam parte do debate público, as *disputationes*.

Torna-se esse embate teórico uma “querela” gramatical quando os humanistas propõem um novo método para o ensino de latim, o que entra em conflito com o modelo escolástico, segundo sua visão de mundo. Todavia, no plano comparativo, a gramática de Pastrana apresenta inovações da gramática humanística, ainda que tenha em seu modelo descritivo a base medieval da divisão da gramática em quatro partes (FERNANDES, 2019).

Essa polêmica ainda se desenvolvia no período de estadia de Anchieta em Coimbra, quando temos a publicação de obras humanísticas em Portugal, como as de *Clenardus*, por exemplo. Pela obra novilatina de Anchieta, notamos um profundo conhecimento da obra de Cícero. A gramática de Anchieta reflete as tendências de pensamento humanístico, ao sintetizar a descrição linguística da língua indígena na América portuguesa. Outra influência do humanismo no pensamento linguístico do missionário que se faz notar é a percepção da gramática humanística como um padrão universal, pois as categorias gramaticais latinas poderiam ser adaptadas para a descrição de qualquer língua, mesmo no ultramar. E Anchieta fez essa adaptação para descrever a língua tupinambá.

Esse clima intelectual da corrente de pensamento do humanismo renascentista português influenciou nas obras escritas no contexto da América portuguesa. Os indígenas de cultura tupinambá teriam tido contato com a cultura humanística europeia através de missionários ibéricos como Anchieta, mas o ensino de latim humanístico pelas obras de Cícero parece ter sido restrito à formação de missionários na colônia. O registro desse processo intercultural, para o ensino de latim humanístico pela emulação de autores latinos, sobretudo poetas, está presente nos *Monumenta Anchietae*, especificamente nas obras novilatinas de Anchieta.

Como veremos no excerto da gramática de Anchieta, todos esses elementos de sua formação humanística confluem para a descrição da língua indígena. Há no seu pensamento linguístico uma influência de sua formação cristã também, o que se demonstra em uma combinação entre a formação humanística em gramática latina e a formação teológica embasada pela lógica especulativa. Essa síntese evidencia como Anchieta tratava o fato linguístico, sobretudo a descrição fonética da língua indígena, que trataremos como exemplo.

2. ANCHIETA, 1595, 1, 6-8: FENÔMENOS FONÉTICOS NA COMPOSIÇÃO DE VOCÁBULOS

As principais edições da gramática de Anchieta são a *editio princeps* de 1595, as edições oitocentistas de Julius Platzmann, e a edição de Armando Cardoso, elaborada no contexto do século XX, em 1990 (KALTNER, 2022). Já a pesquisa de Otto Zwartjes (2011), sobre as gramáticas missionárias europeias, nos permite, por exemplo, compreender a obra de Anchieta em uma perspectiva global, pela Linguística Missionária. A partir dessas edições, dos estudos modernos de tupinologia e de outras fontes documentais da língua dos indígenas de cultura tupinambá, podemos desenvolver o trabalho de Crítica Textual com a gramática de Anchieta, para interpretar o pensamento linguístico do humanista e missionário.

Zwartjes nota que os três primeiros capítulos da gramática, em que Anchieta trata dos sons da língua, são os mais confusos, para o leitor iniciante. Acreditamos que esses capítulos não foram escritos na mesma sequência em que foram publicados, no século XVI:

For a beginner, the opening section of the grammar might have been complicated or confusing, since Anchieta's way of presenting rules could appear unsystematic. After the short list of the letters of the alphabet, Anchieta explains that the pronunciation of the Pitiguares of Paraíba up to the Tamôyos of Rio de Janeiro is not the same as that of the Tupis of São Vicente. We would expect such background information in a prologue, and from a methodological point of view it is not clear why the author decides to introduce aspects of language variation in a grammar which apparently attempts to describe just one 'general language', as spoken along the coast ('a língua mais usada na costa') (ZWARTJES, 2011, p. 154).

Por fim, Zwartjes nota que há uma inovação no processo descritivo da língua por Anchieta, ainda que essa descrição não seja, propriamente, didática:

From a descriptive point of view, the three chapters on phonology and orthography have almost nothing in common with traditional Greco-Latin grammar. In fact, Anchieta attempts to describe some important morphophonetic rules and his description is generally fairly precise (ZWARTJES, 2011, p. 155).

A fim de sistematizar o estudo da gramática do missionário, utilizamos como modelo de indexação o registro: "Anchieta, 1595, 1, 6-8", do excerto a ser analisado, que equivale ao sobrenome do autor, o ano da edição, o número do capítulo e, por fim, os números dos parágrafos analisados da obra. Assim, no estudo interno da gramática, no artigo, analisamos os parágrafos 6 a 8 da obra, que está contido no primeiro capítulo *das Letras*. O sexto parágrafo compreende a descrição de um fato linguístico específico da língua indígena por Anchieta, demonstrando o estado histórico da língua na América portuguesa quinhentista. Otto Zwartjes considera a gramática humanística de Anchieta no morfótipo da gramática missionária europeia, o que a vincula a uma serialidade de textos (ZWARTJES, 2011; SWIGGERS, 2013).

Nesse parágrafo de sua gramática humanística, o missionário descreveu como fenômenos fonéticos, relacionados ao vocalismo da língua indígena, afetavam a conjugação verbal de verbos consonânticos e a composição de vocábulos, tendo apresentado alguns verbos compostos da língua, sendo todos os fenômenos fonéticos relacionados a aspectos de prosódia, quanto a possíveis encontros consonantais, na estrutura morfológica da língua tupinambá. A descrição do fato linguístico, por Anchieta, segue o padrão humanístico, com uma simplificação de conceitos, de forma sintética e a apresentação de exemplos da língua. Assim, a gramática apresenta o estado da língua indígena no contexto da América portuguesa quinhentista, e como o vocalismo e o consonantismo afetavam a regularidade da língua. Para o falante do vernáculo português e de latim o fenômeno era análogo, com um número restrito e regular de vocábulos terminados em consoante, se comparados com a língua indígena, daí a motivação da descrição do fenômeno específico, pelo missionário.

Sua técnica descritiva parte de uma dedução inicial, com a definição abstrata, a que se segue um exemplo indutivo, e o confronto, por analogia entre formas da língua, e outra analogia entre a descrição e o exemplo, são a demonstração racional do fato linguístico. Assim, o pensamento lógico de Anchieta segue o padrão de generalizar para em seguida especificar, demonstrando uma regularidade do sistema linguístico. É uma forma de pensamento silogístico, que parte do geral para o particular (descrição e exemplo), e do particular para o particular (comparação entre exemplos).

¶ Nas conloantes, c. g. cõmumente todos pronun-
ciação de hũa mesma maneira interposito i. vt *Acepiãc*,
Acepiãcine, *Aimeêng*, *Aimeênginé*, &c sic in
reliquis temporibus vt suprà.
No, temó, ou meimó, ou mo, &c. mais parece que se
soffre.

Figura 1. Primeira parte do parágrafo 6 da gramática de Anchieta (1595).

LINGOA DO BRASIL. 2
soffre o concurso, maxime do, c. g. vt *Acepiãc*,
temo, *Aimeêng meimo*.
Mas o mais vniuersal vso, maxime em verbos com-
postos com outros verbos, ou aduerbios, &c. he
tirarse a vltima conloante do primeiro verbo, vt
Acepiãc, *Aipotâr*, composto, *Acepiã potâr*, *Ai-
meêng*, *Aicuãb*, composto, *Aimeên cuãb*.

Figura 2. Segunda parte do parágrafo 6 da gramática de Anchieta (1595).

¶ Nas confoantes, c. g. cõmumente todos pronuçião de hũa mefma maneira interpõfito i, ut *Acepiâc*, *Acepiâcine*, *Aimeeng*, *Aimeénginé*, et sic in reliquis temporibus vt luprà. No, *temó*, ou *meimó*, ou *mo*, etc. mais parece que loffre o concurfo, maxime do, c. g. vt *Acepiâctema*, *Aimeéngmeímo*.

Mas o mais vniuerfal vfo, maxime em verbos compõftos com outros verbos, ou aduerbios, &c. he tirarfe a vltima confoante do primeiro verbo, vt *acepiâc*, *aiopotâr*, compõfto, *Acepiâpotâr*, *Aimeêng*, *Aicváb*, compõfto, *Aimeêncváb*.

O primeiro fato linguístico apresentado por Anchieta no parágrafo em questão é uma demonstração de como os encontros consonantais são desfeitos na língua indígena de maneira mais comum, ou de forma mais regular, sobretudo em relação a um uso específico da língua: a conjugação verbal de verbos cujos radicais terminam em consoante, como podemos depreender por uma adequação teórica (KOERNER, 1996), interpretando a descrição do missionário. Anchieta apresenta a diferença de conjugação de verbos, cujos radicais são terminados em consoante, no presente do indicativo e no futuro do indicativo, que tem o acréscimo do morfema */-ne/*, indicador do tempo no futuro. Ambas as formas verbais são apresentadas na primeira pessoa do singular. Ocorre a epêntese da vogal */i/* para desfazer os encontros consonânticos, com verbos cujo radical termina em consoante, ou radicais consonânticos, como os que são terminados em */k/* e */ŋ/*. A epêntese da vogal */i/* representa para a Linguística Histórica um fenômeno de vocalismo no desenvolvimento da língua tupinambá.

Vejamos a própria descrição de Anchieta: “Nas confoantes, c. g. cõmumente todos pronuçião de hũa mefma maneira interpõfito i, ut *Acepiâc*, *Acepiâcine*, *Aimeeng*, *Aimeénginé*, et sic in reliquis temporibus vt luprà.” (Nas consoantes [finais], */k/* e */ŋ/*, de maneira mais comum, todos pronunciam de uma mesma maneira, interpondo-se um */i/*, como */ase'pyák/*, eu vejo, */asepyákine/*, eu verei, */ayme'ẽŋ/*, eu ofereço, */ayme'ẽngine/*, eu oferecerei) (ANCHIETA, 1595, p.). A descrição do missionário é bem sucinta, esperando-se que o leitor da gramática, com formação humanística, ou mesmo escolástica, dominasse o tema da gramática e da lógica clássicas. O conceito de epêntese, ainda que não seja descrito por Anchieta, é subentendido nessa passagem, pois já era conhecido à época dos gramáticos latinos, retomado pelos humanistas, como se encontra na gramática de Manuel Álvares na parte sobre metaplasmo (*De Metaplasmo*): “*Epenthesis est, cum medio dictionis, littera aut syllaba interjicitur*” (Epêntese é quando no meio da palavra, é introduzida uma letra ou sílaba) (ÁLVARES, [1572] 1744, p. 359). Por fim, Anchieta não dá maiores informações sobre o */i/* epentético.

Sobre a nossa transcrição, adotamos a descrição dos fonemas da língua tupinambá de Rodrigues (1958), que é citada por Zwartjes (2011). Os fonemas velares da língua */k/* e */ŋ/* equivalem ao que Anchieta cita como c e g, o c antes de e equivale à fricativa alveolar */s/* e os acentos possuem usos específicos, com marcar pausas e a acentuação (ZWARTJES, 2011, p. 153-154). Assim, optamos pelo */k/* para o c final de Anchieta, tendo em vista a sua

oposição ao /ŋ/, enquanto par homorgânico de velares, em uma possível oposição surda/sonora, que o missionário pode ter notado.

O significado dos verbos, em tradução, é tirado da gramática de Platzmann, e confrontado, em colação, com os textos de tupinologia atuais, como o dicionário de Navarro (KALTNER, 2020; NAVARRO, 2013; PLATZMANN, 1874). Já o fato linguístico apresentado pelo missionário é de natureza fonética, mas também possui valor no nível morfológico da língua, se pensarmos em uma perspectiva estruturalista.

A epêntese da vogal /i/ torna-a, morfológicamente, uma vogal de ligação, na oposição entre *a-se'pyák* (eu vejo) – *a-sepyák-i-ne* (eu verei), não sendo /i/ parte do radical *sepiák*, nem do morfema de tempo futuro *-ne*. O /a/ (eu) equivale ao morfema da primeira pessoa do discurso, no singular, logo ambos os paradigmas verbais são apresentados na primeira pessoa do discurso, traço característico dos gramáticos humanistas, que imitavam os latinos, na descrição da língua latina. Para a confirmação do fenômeno, Anchieta apresenta um segundo registro com o par de verbos *ay-me'ej* (eu ofereço) – *ay-me'ejine*, eu oferecerei, demonstrando a presença da vogal de ligação /i/, quando outro verbo consonântico passa do tempo presente para o futuro do indicativo. Note-se que o missionário deve ter pedido para que seus informantes, crianças indígenas, sobretudo, repetissem inúmeras vezes a conjugação verbal, para notar as diferenças de pronúncia, conforme a alfabetização, na educação humanística quinhentista.

Os valores fonéticos da letra c e g, tanto no vernáculo português quanto na língua latina são variáveis. Anchieta (1595) registra esses valores fonéticos diversos de ambas as letras, como em ca e ce, ga e ge, que João de Barros (1540) chama de “poder”, derivado do *potestas* da gramática latina. Para a letra c, o valor fonético de /s/, fricativa alveolar surda, é rotulado por Anchieta como “zeura”, já a fricativa /j/ é exemplificada, mas sem possuir um rótulo específico. Esse fato linguístico, de que as letras c e g representam grafemas distintos é contínuo até hoje na ortografia da língua portuguesa, em que temos as sílabas ca e ce; ga e ge, apresentando esse fenômeno fonético-ortográfico. A utilização do sistema de letras e valores fonéticos latino-portugueses na transcrição da língua por Anchieta denotam a gramatização da língua tupinambá por um supestrato, a língua portuguesa, gramatizada por sua vez, pela língua latina.

Outro fato linguístico apresentado por Anchieta é a pessoa do discurso, marcada por /a/ e /ay/, com o valor do “eu”, uma pessoa do discurso considerada neutra na descrição gramatical greco-latina. Apresentar o paradigma verbal dessa forma era tradicional à época quinhentista europeia, por influência dos gramáticos latinos, o que, atualmente, se convencionou pelo uso do modo infinitivo, na tradição de dicionários e gramáticas modernos, de base racionalista, pois o tempo infinitivo possui um significado de atemporalidade, o que para os humanistas teria sido percebido no tempo presente, na primeira pessoa do singular. Note-se que seguimos a lição de Aryon Rodrigues, como supracitado, que

transliterou, para o alfabeto fonético, o verbo *acepiák* de Anchieta como */ase'pyak/* (RODRIGUES, 1958, p. 64), comparando diversas formas de transcrição a partir de fontes coloniais escritas nos vernáculos europeus, em sua tese de doutoramento.

O fato linguístico apresentado por Anchieta na sequência é um aprofundamento de análise linguística do vocalismo da língua tupinambá, e como os encontros consonantais eram desfeitos. Estabelece-se, assim, uma teoria gramatical na descrição da língua, dentro dos parâmetros do pensamento linguístico humanístico. Por outro lado, há, nesse sentido, um critério didático na obra, que revela seu caráter de gramática humanística, com uma apresentação de descrições linguísticas que vão dos fatos mais simples e comuns para os mais complexos e irregulares, demonstrando, inclusive, algumas variantes linguísticas.

O segundo fenômeno apresentado é referente à conjugação verbal dos tempos do conjuntivo/subjuntivo dos verbos consonânticos, conforme a descrição de Anchieta (1595), com os morfemas *temó*, *meimó* e *mo*. Anchieta apresenta exemplos que indicam o fato de que esses verbos não sofrem nenhuma alteração fonética quanto aos radicais consonânticos: “No, *temó*, ou *meimó*, ou *mo*, c. mais parece que loffre o concurfo, maxime do, c. g. vt *Acepiâctemo*, *Aimeêngmeímó*” (No [caso de] *temó*, *meimó* e *mo* mais parece que ocorre a concomitância, principalmente, do /k/ e do /ŋ/, como *asepyáktema*, que eu reconheça, *ayme'ejmeímo*, eu teria oferecido).

Assim, Anchieta descreve que os encontros consonantais /k/ e /t/; e /ŋ/ e /m/ eram pronunciados pelos indígenas, sem necessidade de uma vogal epentética. Note-se que, em sua descrição linguística, o missionário apresenta como hipótese descritiva, afirmando que “parece” que o fenômeno ocorre, algo que deveria ser confirmado pelo uso da língua. A noção de “uso” é muito indefinida, como notaram Maria do Céu Fonseca e Carlos Assunção (ASSUNÇÃO, FONSECA, 2005), permitindo muitas especulações. Essa percepção de hipótese, no trato do pensamento linguístico, demonstra ser Anchieta conhecedor dos processos de análise linguística, de seu clima intelectual, pautados pela lógica aristotélica, na organização do conhecimento, e como as línguas descritas pelos humanistas tinham seu método de descrição comprovado pelo uso, para além da *ratio*. A indefinição na descrição da língua pressupõe uma percepção racional do conhecimento empírico, uma percepção de método, por parte do missionário quinhentista.

Por fim, o terceiro fato linguístico apresentado nesse parágrafo da gramática está relacionado à composição de verbos. Anchieta evidencia que o radical consonântico pode sofrer a apócope, a queda da consoante final, na formação do composto, apresentando alguns exemplos: “Mas o mais vniuerfal vfo, maxime em verbos compoftos com outros verbos, ou aduerbios, &c. he tirarfe a vltima confoante do primeiro verbo, vt *acepiâc*, *aiopotâr*, compofto, *Acepiâpotâr*, *Aimeêng*, *Aicuâb*, compofto, *Aimeêncuâb*” (Mas o uso mais universal, sobretudo em verbos compostos com outros verbos, ou advérbios, é tirar-se a última consoante do primeiro verbo, como *asepyák*, eu vejo, *aypot'ár*, eu desejo, composto

Asepyá'potár, eu desejo ver, *ayimeéñ*, eu ofereço, *aykuáb*, eu sei, composto, *ayime'énkuáb* eu sei oferecer) (ANCHIETA, 1595).

Anchieta demonstra que os verbos consonânticos quando compostos sofrem apócope da última consoante no radical para desfazer os encontros consonantais, como *asepyák – potár*, que se torna *asepyápotár*. À época de Anchieta o fenômeno da apócope já era conhecido e descrito na gramática latina humanística, como metaplasmo, de acordo com a tradição grego-latina, conforme a gramática latina de Manuel Álvares: “*Apocope fini dictionis aliquid detrahit*” (a apócope retira algo ao fim da palavra) (ÁLVARES, [1572] 1744, p. 360). Como o missionário escreveu a sua gramática missionária em língua portuguesa, optou por demonstrar o fato linguístico sem empregar a rotulagem metalinguística latina, que deveria, porém, ser conhecida pelos usuários (SWIGGERS, 2013) da gramática. A apócope é fenômeno comum para desfazer encontros consonantais em diversos sistemas linguísticos, como o método histórico-comparativo desenvolveria nos séculos XIX e XX.

Ainda no primeiro capítulo da gramática, o fenômeno é descrito na composição de verbos consonânticos com advérbios e com a posposição *pè*, cujo significado é “em”. A descrição desses dois fatos linguísticos se dá nos parágrafos 7 e 8 do capítulo. Vejamos a descrição desses fatos relacionados à morfologia dos verbos consonânticos quando são compostos com advérbios e posposições.

¶ Com Adverbio.

¶ *Acepiãc catú*, composto, *Acepiãcatú*, *Aimonbâng. Memoã*. composto, *AimonbãMemoã*, & sic in cæteris consonantibus, b. m. n. r. vt supra, *Apã catú. Acêgatú. Apêgatú. Aiú catú*

Figura 3. Parágrafo 7 da gramática de Anchieta (1595).

¶ Nomes com a propositão, Pè.

¶ O mesmo concurso se evita em nomes que tem o acento na penultima, com a prepositão, *Pè*, que quer dizer in, os quais perdem a última vogal, vt *ôca, casa, ôcipe*, em casa.

Este, i. aspero, ainda que se ache escrito, e. vel, *v*, he o mesmo: porque pella dificuldade que ha na pronunciação delle o que mais se enxerga, maxime nos que não são naturacs, he, e vel *v*, vt *Ocã-ôcupe*, pro *ôcipe*, *ânga, ângeme*, pro *ângime*, *Acepiãc, cepiãceme*, pro *cepiãcime*.

Figura 4. Parágrafo 8 da gramática de Anchieta (1595).

Com Aduerbio.

¶ *Acepiâc catú*, compoſto, *Acepiâcatú*, *Aimonhâng*. *Memoa*ˆ. compoſto, *Aimonhã Memoa*ˆ, & fic in cæteris conſonantibus, b. m. n. r. vt ſupra, *Apã catú*. *Acê gatú*. *Apê gatú*, *Aiú catú*.

¶ Nomes com a propoſição, Pê.

¶ O meſmo concurſo ſe evita em nomes que tem o acento na penultima com a propoſição, Pê, que quer dizer in, os quais perdem a vltima vogal, vt *ôca*, caſa, *ôcipe*, em caſa.

Eſte, i alperio, ainda que ſe ache eſcrito, e. vel, v he o meſmo: porque pella difficuldade que ha na pronunciação delle o que mais ſe enxerga, maxime nos que não ão naturaes, he, e vel v, vt *Ocã*, *ôcupe*, pro *ôcipe*, *ânga*, *ângeme*, pro *ângime*, *Acepiâc*, *cepiâceme*, pro *cepiâcime*.

Na compoſição de verbos conſonânticos com advérbio, Anchieta ainda ſe utiliza do exemplo com o verbo *Acepiâc* /*ase'pyák*/, “eu vejo”, que pode ſer compoſto com o advérbio de modo *catú* /*katu*/, bem. Platzmann (1874, p. 3) apresenta para o verbo *Acepiâc* outro ſignificado, que é o de “eu pareço” (*ich ſehe aus*), relacionando o ſeu ſentido duplo, ativo e paſſivo, como no latim *videt* / *videtur* (ele vê, ele parece / é viſto). Como um verbo compoſto com advérbio *Acepiâc* paſſaria a ter o ſentido paſſivo de “eu pareço”, ou “ſou viſto como”. Assim, o compoſto do verbo com advérbio, *Acepiâcatú*, teria o ſignificado de “eu pareço bem”. A compoſição, no caſo, poderia alterar o valor ſemântico do verbo, na relação entre ver e parecer, para o naturalista alemão. A oſcição de ſignificado, entre “vejo” e “pareço”, é uma hipóteſe plauſível para o verbo *Acepiâc*, e deriva do método histórico-comparativo, que já estava vigente no ſéculo XIX.

O encontro conſonântico do /k/ no final do radical do verbo e no /k/ do início do advérbio é deſfeito, não ſendo a conſoante pronunciada com redobro, vejamos nas palavras de Anchieta: “*Acepiâc catú*, compoſto, *Acepiâcatú*” (Eu vejo e bem, compoſto, eu pareço bem) (ANCHIETA, 1595, p. 2f). A forma compoſta do verbo conſonântico apresenta-se, por fim, aſſim: *Acepiâcatú*, ou /*ase'pyákatu*/, com o ſentido de “eu pareço bem”, “eu pareço ſaudável”, de forma mais abſtrata, como Platzmann traduziu em alemão: “*ich ſehe geſund aus*” (PLATZMANN, 1874, p. 3), a conſoante final conecta o verbo e o advérbio. Navarro, por outro lado, atesta o ſignificado abſtrato do verbo compoſto como “observei-o”, a partir do VLB, o tupinólogo apresenta a ſeguinte grafia: *Asepíakatu* (NAVARRO, 2013, p. 107), o que poderia ter o ſignificado também de “eu compreendi”, dependendo do contexto de emprego. Como Anchieta não apresenta um exemplo contextualizado do verbo, o ſeu ſignificado só pode ſer apreendido por especulação. Todavia, o ſignificado adotado por Navarro é coerente com o emprego catequético da língua, logo o termo poderia funcionar como uma “fórmula” para reſposta às perguntas feitas pelos miſſionários na especulação ſobre a doutrina criſtã, com o ſignificado abſtrato de algo próximo a “eu concordo”.

No ſegundo exemplo de Anchieta, neſſe parágrafo, há um ſegundo par de verbo conſonântico compoſto com outro advérbio de modo. Se no primeiro exemplo, Anchieta citou o advérbio /*katu*/, “bem”, um dos mais comuns e empregados na língua para a abſtração, no ſegundo exemplo, o miſſionário fez uma construção com: “*Aimonhâng*, *Memoa*ˆ. compoſto, *Aimonhã Memoa*ˆ,” (Eu faço iſto e mal, compoſto eu faço iſſo mal)

(ANCHIETA, 1595, p. 3f). Aryon Rodrigues transcreveu *Aimonhâng* por [aymoˈɲaŋ] (RODRIGUES, 1958, p. 78), traduzindo o verbo por “*ich mache es*” (eu faço algo), lição encontrada em Platzmann, de forma aproximada, “*ich handle*” (eu ajo) (PLATZMANN, 1874, p. 3). Já Navarro registra o verbo como *monhang*, com o sentido de fazer (NAVARRO, 2013, p. 307).

Podemos interpretar que Anchieta buscou demonstrar os dois principais elementos adverbiais de composição verbal da língua indígena quanto ao significado de bem e de mal. Esse era um tema necessário tanto para a abstração filosófica quanto à moral dogmática, com influência da lógica aristotélica e mesmo do pensamento platônico, na doutrina especulativa cristã. Descrever a abstração do bem e do mal na língua indígena auxiliaria o trabalho da catequese, para os missionários. Portanto, a antítese entre *catú* (bem) e *Memoaˆ* (mal) era outro elemento fundamental na tradução de conceitos interculturais. Essa abstração na língua indígena se dava pela especulação racional, através das categorias lógicas encontradas em estado natural na língua, com finalidade de conversão religiosa.

Já o fenômeno fonético apresentado por Anchieta é a apócope de *-ng*, ou /ŋ/, no final de *Aimonhâng* para a formação do composto *Aimonhã Memoaˆ*. Para compensar essa queda do fonema, há uma nasalização da vogal /a/ precedente. A precisão com que o missionário apresenta o fato linguístico permite uma reconstituição histórica não só de seu pensamento linguístico, mas também da língua indígena, em seu estado sincrônico no século XVI. Cumpre notar que a gramática missionária apresenta o registro dos sons da língua com precisão, devendo-se proceder a uma adequação teórica, nos termos de Koerner (1996), para se compreender a descrição linguística do missionário, trabalho desenvolvido por Aryon Rodrigues (1958).

Por fim, na última parte do primeiro capítulo da gramática, em seu oitavo parágrafo, o missionário apresenta um fenômeno fonético relacionado à posposição *pè*(em) (ANCHIETA, 1595). O tema de composição verbal cede lugar à composição nominal. Note-se que há uma adaptação das *partes orationis* (partes da oração) da gramática latina na descrição que Anchieta desenvolve da língua indígena, como Zwartjes (2011) notou. A língua tupinambá não apresenta a *praepositio* (preposição), porém, há posposições, isto é, o morfema preposicional apresenta-se em posição posposta, após o substantivo.

Anchieta demonstra esse fato linguístico com a posposição *pè*, a mais comum da língua que representa o ablativo locativo, da gramática latina, no vernáculo português o advérbio de lugar. Em nomes substantivos da língua indígena que terminam em vogal, não há grandes alterações, apenas o acréscimo de *pè* ao final do vocábulo, todavia, com substantivos terminados em consoantes, há algumas alterações fonéticas. Vejamos o exemplo citado pelo missionário: “O mefmo concurfo fe euita em nomes que tem o acento na penultima com a prepofição, Pè, que quer dizer in, os quais perdem a vltima vogal, vt *ôca*,

cafa, ôcipe, em cafa” (O mesmo concurso se evita em nomes que têm o acento na penúltima com a preposição *pe*, que quer dizer em, os quais perdem a última vogal, como *oka*, casa, *ókipe*, em casa) (ANCHIETA, 1595, p. 3f).

A oposição *oka* – *ókipe* (casa – em casa) demonstra uma passagem do fonema /a/ em /i/, uma apofonia, na formação do composto nominal, segundo Anchieta os nomes “perdem a vogal”. Esse /i/ é chamado por Anchieta de “i áspero” (ANCHIETA, 1595), tendo sido identificado por Aryon Rodrigues como uma vogal oral / ɨ /, que Zwartjes categoriza como: “oral, high, central non-rounded vowel” (ZWARTJES, 2011, p. 153). Por fim, o missionário quinhentista nota, em outros exemplos, que a dificuldade de transcrição desse í áspero permite que ora seja transcrito como u e ora como e, tendo em vista que em sua época não havia um grafema para representar esse som específico da língua tupinambá. Rodrigues nota a proximidade desse fonema com a gutural do hebraico (RODRIGUES, 1958, p. 47), tendo sido desafiador para o missionário descrever o som no século XVI, com os recursos que possuía.

O primeiro capítulo da gramática encerra-se no parágrafo oitavo, após apresentar os fenômenos fonéticos relacionados à composição de verbos e nomes substantivos com radical consonântico. Anchieta demonstrou como a língua indígena tendia à regularidade, com alguns fatos linguísticos que ressaltava as diferenças contrastivas entre a língua e o vernáculo português. Ainda que pareça sintética a sua exposição dos fatos, a gramática não era considerada à época um manual para principiantes, mas um texto para missionários com formação humanística, que eram os especialistas nas línguas indígenas da América portuguesa quinhentista e conheciam tanto a gramática latina quanto a lógica especulativa.

A gramática de Anchieta só pode ser interpretada no contexto de seu clima intelectual, tendo em vista que o usuário da obra, no século XVI, deveria ter além da formação humanística uma formação teológica, pois a descrição da língua tupinambá estava vinculada à prática da catequese quinhentista. A obra demonstra essa finalidade, em seu repertório de temas e organização de conteúdos, que apresentam instrumentos para o missionário estabelecer, além do contato linguístico, suas atividades de ensino da doutrina cristã. Ao mesmo tempo não era uma obra isolada. A gramática de Anchieta pressupõe uma “serialidade”, conforme conceito de Swiggers (2013), isto é, a gramática deveria estar vinculada a outros textos para o desenvolvimento da educação humanística na colônia, como diálogos catequéticos na língua indígena, textos gramaticais de latim e de português, por exemplo.

3. CONCLUSÃO

Buscamos, no artigo, compreender o pensamento linguístico de Anchieta a partir de duas perspectivas de análise da camada documental de sua gramática humanística: a dimensão externa, contextual e cultural, e a dimensão interna, de fatos linguísticos descritos na obra. O que se pode notar é que Anchieta alude a conceitos gramaticais da tradição latina, sem citá-los, apresentando um raciocínio lógico pautado, sequencialmente, pela dedução, indução e analogia, de forma silogística. O estado atual de pesquisas da gramática de Anchieta, pela disciplina de HL, nos permite entrever a influência da lógica de base aristotélica em seu pensamento linguístico, o que pode estar vinculado também aos estudos teológicos de sua formação missionária em seu clima intelectual de formação.

Uma questão que se apresenta é o uso do vernáculo português na descrição da língua indígena. Anchieta poderia ter escrito sua gramática diretamente no latim humanístico, pelo clima intelectual da época, porém, a vinculação da língua dos indígenas de cultura tupinambá ao vernáculo português demonstra como a língua estaria subordinada aos domínios coloniais de Portugal, na partilha territorial da América pelos reinos ibéricos. O vernáculo português atua como superstrato. Anchieta apresenta hipóteses e as demonstra, no padrão de pensamento lógico, podendo sua descrição linguística ser desenvolvidas em silogismos se necessário. Todavia, seguindo a tradição humanística, há uma economia de termos metalinguísticos para essa descrição, evitando as especulações mais extensas como os escolásticos desenvolviam. Nesse sentido, a gramática de Anchieta está vinculada ao morfótipo (SWIGGERS, 2013) humanístico, acompanhando gramáticas missionárias da época (ZWARTJES, 2011). A língua indígena é descrita pelo pressuposto do registro das regularidades e das exceções, o que caracteriza a descrição linguística na arte gramatical humanística, de base greco-latina.

Nessas perspectivas, podemos notar que a gramática de Anchieta tem por finalidade seu uso como instrumento para a disciplina de teologia, a prática de catequese, todavia, os exemplos da língua indígena estão voltados a termos e vocábulos relacionados ao convívio com as comunidades indígenas da América portuguesa, logo há um sentido prático na descrição da língua, mais do que a sua utilização em uma prática cultural letrada. O missionário além de humanista, pedagogo, era também um intérprete. Pelo processo de descrição linguística, podemos inferir a processualidade do ensino missionário e da ecologia do contato de línguas que ocorriam no contexto colonial, reconstituindo o ideário linguístico de uma sociedade que se formava a partir de uma base multicultural. Os exemplos verbais e nominais refletem cenas e imagens do cotidiano, no convívio entre europeus e indígenas, fórmulas especulativas utilizadas para interações, sempre em um sentido pragmático e expressivo.

Os fatos linguísticos analisados, concernentes ainda ao domínio dos sons da língua indígena e a critérios de transcrição, se apresentam no que denominamos, atualmente, como fonética, com implicações na morfologia da língua tupinambá. Podemos inferir que Anchieta, mesmo com os recursos do pensamento linguístico quinhentista, conseguiu cumprir a tarefa de nos deixar uma descrição linguística que permita a reconstituição dos fenômenos observados, como o vocalismo da língua. Seu pensamento linguístico, ainda que no período missionário, pré-científico, se organizava pela lógica racional, com uma perspectiva teórica sobre fatos da língua, cabendo ao intérprete atual, o historiógrafo, resgatar esse pensamento, a fim de compreendê-lo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONFLITO DE INTERESSE

Declaro, para os devidos fins, que os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Declaro, para os devidos fins, que o compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

AValiação E RESPOSTA DOS AUTORES

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2022.V3.N1.ID634.R>

Resposta dos Autores: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2022.V3.N1.ID634.A>

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: ALTMAN, Cristina *et al.* *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 19-44.

ÁLVARES, Manuel. *De Institutione Grammatica Libri Tres*. Eborae: Ex Typographia Academiae, [1572] 1744.

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.

ANCHIETA, José de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Introdução, tradução e notas de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, [1595] 1990.

ASSUNÇÃO, Carlos; FONSECA, Maria do Céu. A arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus. In: RIO-TORTO, Graça Maria *et al.*

Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi. -- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 81-114.

BISPO, António Alexandre. Açores-Brasil nos estudos de Emigração, Imigração e Reimigração Açoriana. Museologia da emigração nos Açores e a análise de processos em contextos internacionais. *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira*, n. 175, v. 2, 2018. Disponível em: http://revista.brasil-europa.eu/175/Emigrantes_acorianos.html. Acesso em: 14 fev. 2022.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 5, n.1-2, p. 11-21, 2001.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite*, n. 6, p. 217-236, 2012.

COUTO, Hildo Honório. *Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

FERNANDES, Gonçalo. A sintaxe na 'primeira' gramática humanista em Portugal. In: BRIZ, António et al. *Estudios lingüísticos en homenaje a Emilio Ridruejo*. Valência: Universitat de València, 2019, p. 427-437. Disponível em: https://www.academia.edu/40399755/A_Sintaxe_na_primeira_Gram%C3%A1tica_Humanista_em_Portugal Acesso em: 14 fev. 2022.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Latin in colonization of sixteenth century Brazil. *Cadernos de Letras da Uff*, n. 26 (53), p. 39-60, 2016.

KALTNER, Leonardo Ferreira. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studiis (1548). *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 56, p.197 - 217, 2019a.

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Confluência*, v.57, p. 9-35, 2019b.

KALTNER, Leonardo Ferreira.; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, v. 2 p.1564 - 1572, set./dez. 2019c.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF (Cifefil)*, n. 23, p.424-439, 2019d.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906-2002). *Cadernos de Linguística da Abralín*, ano 1, n.1, p.01-15, 2020a.

KALTNER, Leonardo Ferreira. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020b.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 76, v. 2., p.717 - 731, set./dez. 2020c.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralín*, n.19, p.1 - 25, 2020d.

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despauterius: intertextualidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 76, v. 2, p.750-759, 2020e.

KALTNER, Leonardo Ferreira. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). *Global Journal of Human-social Science: G Linguistics & Education*, n. 20, p.37-44, 2020f.

KALTNER, Leonardo Ferreira. The place of Anchieta's Grammar in the history of linguistic thought in Brazil. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. e610, 2022. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/610>. Acesso 14 fev. 2022.

- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013.
- PINHO, Sebastião Tavares de. *Humanismo em Portugal: estudos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda, 2006.
- PLATZMANN, Julius. *Grammatik der Brasilianische Sprache*. Leipzig: Teubner, 1874.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. 1958. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Hamburgo, 1958.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.
- SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: ALTMAN, Cristina *et al.* *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.
- TANNUS, Carlos A. K. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. *Revista Calíope*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 16, p.13-31, 2007.
- ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.